

A "NOVA SOCIOLOGIA
HISTÓRICA" E O USO
DA HISTÓRIA EM
TOCQUEVILLE E MARXMÁRCIO CANIELLO¹

Um problema fundamental para o cientista social é o da validade de suas generalizações, pois, ao contrário dos cientistas naturais, os fenômenos a que se dedica são demasiadamente abstratos (Cf. Durkheim, 1978: 91), estão posicionados em teias de causalidade difíceis de serem identificadas pela observação direta (Cf. WEBER, 1993, p. 118), não podem ser reproduzidos em condições experimentais (Cf. DAMATTA, 1981, p. 21) e, sobretudo, cientista e objeto comungam de uma mesma realidade existencial (Cf. LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 298). Entretanto, mesmo se defrontando com realidades empíricas em larga medida irreduzíveis a uma regularidade fenomenológica tal como a dos fatos da natureza, são instados a entendê-las de acordo com modelos epistemológicos espelhados nas Ciências Naturais, legitimadas por sua posição hegemônica no âmbito da produção de conhecimento "válido".

De fato, desde os primórdios da história da Sociologia esses fatores próprios da pesquisa social impuseram a seus praticantes uma discussão acerba sobre a identidade epistemológica da disciplina, enfeixada na

¹ Doutor em Sociologia. Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB/UFCG).
E-mail: caniello@ch.ufcg.edu.br

oposição Ciências Naturais vs. Ciências Humanas, a qual se rebateu na formação das três grandes tradições clássicas portadas por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Posteriormente, esse debate deslindou oposições teórico-metodológicas subsidiárias – *nomologia vs. idiografia*, *abordagens coletivistas vs. abordagens individualistas*; *perspectivas macroteóricas vs. perspectivas microteóricas*; *foco na estrutura vs. foco na agência* – que condicionaram a formação da grande diversidade de escolas e tradições que ainda hoje disputam a preeminência do “fazer sociológico”.

Ora, a Sociologia nasceu num contexto em que o cientificismo como atitude cognitiva tornava-se praticamente hegemônico no Ocidente. Naquele momento, o século XIX via as Ciências Naturais atingirem a sua maturidade epistemológica, pois a Biologia, revolucionada pelo darwinismo, finalmente podia requerer o mesmo status que a Física e a Química. As consciências esclarecidas estavam inelutavelmente unificadas pela sedução do *nómos*: o mundo natural tinha suas leis, a ciência tinha seus métodos e os cientistas, munidos destes, tinham a função de descobrir aquelas. Esse foi não apenas o contexto intelectual, mas o próprio catalisador para o nascimento da Sociologia, pois, já então a chamada Filosofia da História – protonauta da aventura sociológica – via-se premiada pela “crença oficial” na “fé na utilidade universal e na superioridade epistemológica do método das ciências naturais” (SOMBART, 1998, p. 5).

Desde então e ainda hoje, em face das chamadas “ciências nomológicas”, os cientistas sociais parecem estar em dívida permanente: devem, recorrentemente, resgatar o seu débito para com a objetividade, demonstrando - não raro agonisticamente - que as Ciências Sociais também possuem uma “heurística”.

Este artigo visa discutir uma elaboração específica de solução para esse dilema: um movimento acadêmico surgido em meados dos anos 1960 que defende o uso da História como base da explicação sociológica. A esse movimento, que marcou o reflorescimento da Sociologia Histórica no panorama intelectual das Ciências Sociais (Cf. SMITH, 1991, p. 4), denominaremos “Nova Sociologia Histórica” (NSH).

Em linhas gerais, o pressuposto fundamental para a constituição da NSH é simples: o fato social terá sempre sido histórico porque ele é,

simultaneamente, um produto de suas circunstâncias espaço-temporais e o produtor do próprio processo cumulativo da experiência socialmente vivida. Isto é, os fatos sociais são históricos na sua origem e no seu resultado, e, assim, são *eventos* que devem ser compreendidos e explicados a partir do processo que os ambienta e que por eles é produzido (Cf. ABRAMS 1982, p. xv). Neste sentido, a atitude epistemológica básica da NSH pode ser resumida como "um procedimento historicamente fundamentado de geração de conceitos" (ZARET, 1980, p. 1180).

Partindo desse mote, desenvolveremos o artigo em duas partes: em primeiro lugar, consideraremos a relação entre a Sociologia e a História, demonstrando como a partir dela se configurou a NSH; isto será feito tomando como base duas de suas principais teses: (1) a Sociologia define-se como procedimento analítico a partir da tomada de consciência de problemas históricos e, portanto, (2) o entendimento da História é uma ferramenta indispensável à análise sociológica. Em segundo lugar, procuraremos estabelecer relações de contigüidade epistemológica entre as propostas da NSH e a metodologia histórica praticada por Alexis de Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução* (TOCQUEVILLE, 1989 [1856]) e Karl Marx em *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (MARX, s/d [1850]), demonstrando como essa heurística defendida contemporaneamente já se prefigurava como fundamental nesses dois importantes estudos clássicos.

A Sociologia e sua relação com a História

Uma das autoras mais significativas da NSH definiu uma perspectiva extremamente produtiva para a análise da consolidação das tradições teórico-metodológicas no panorama científico em dois sugestivos ensaios (SOMERS, 1995a, 1995b). Basicamente, essa perspectiva pressupõe que os conceitos, as teorias e as metodologias – nos nossos termos, a heurística – têm uma historicidade, que é definida exatamente pelo contexto no qual eles são formulados. Neste sentido, a compreensão da produção sociológica vai depender de uma análise contextual em que os procedimentos de análise são posicionados numa teia de significados historicamente construída que os encerra; é o que a autora chama de

“sociologia histórica da formação dos conceitos” (SOMERS, 1995a, p. 115). Ainda que os limites deste texto não nos permitam realizar completamente essa proposta, procuraremos definir a NSH precisamente pela reconstituição do contexto histórico no qual ela está embebida; ou melhor, tentaremos demonstrar como ela se configura como uma tradição teórico-metodológica a partir de sua imersão numa “rede de relações conceptuais” historicamente produzida e hegemonicamente aceita por seus realizadores.

Um ponto consensual entre os principais propositores da NSH é que a Sociologia como ciência estruturada teria surgido num dado momento histórico específico, para dar respostas a questões conjunturais características daquela ocasião. Seu elemento gerativo seria exatamente a explicação dos dilemas da modernidade, produzidos pelas revoluções institucionais dos séculos XVIII e XIX (Cf. ABRAMS 1982, p. 4), (PASSIM; SMITH, 1991, p. 2). Assim, Marx procurava entender a dinâmica de uma nascente sociedade estruturada pela oposição entre duas novas classes, a burguesia e o proletariado; Durkheim estarrecia-se diante de um mundo crescentemente atomizado em que a agudização da divisão de trabalho informava novas formas de solidariedade, produzindo uma tendência inelutável em direção à “anomia”; e Weber dividia-se entre uma explicação para a tendência racionalista da sociedade moderna e a interpretação de uma ética nova fundada no indivíduo e que dava base “espiritual” a um Capitalismo crescentemente hegemônico. Numa palavra, a Sociologia teria surgido como uma tentativa cognitiva frente a um mundo produzido pela industrialização e pelo liberalismo, as duas principais fontes das mudanças sociais que produziram historicamente a modernidade.

Por outro lado, essas questões constituíam-se em “redes de relações conceptuais” alternativas tanto aos esquemas filosóficos quanto aos modelos positivistas, uns recalcitrantes e outros conjecturais no que diz respeito ao uso da História. Se a Filosofia de um Hobbes ou de um Rousseau, por exemplo, produzia um conhecimento a – histórico na medida em que pontuava sempre por esquemas totalizadores de explicação da realidade, o Positivismo de um Comte ou de um Spencer só era histórico na medida em que imaginava que a experiência humana tinha

não apenas uma natureza em essência, mas um destino único em que o tempo nada mais desempenhava que um papel modelar e esquemático: tanto para uns quanto para outros, a História era apenas um pano de fundo para uma certa ontologia preconcebida e *essencial*.

Além disso, uma perspectiva paradigmática se colocava no âmbito do pensamento científico do século XIX: a revolução na Biologia. O evolucionismo biológico vinha se firmando no panorama intelectual desde que Lamarck enunciou suas idéias polêmicas no início do século, provocando um debate intenso (Cf. DARWIN, 1985 [1859], p. 33-41) até a publicação do primeiro esboço de *Origem das Espécies* (DARWIN, 1996 [1842]). Com o darwinismo, finalmente se redefiniam as próprias concepções sobre a história da Humanidade, colocando-se em pauta uma perspectiva que sugeria a superação definitiva e irrecusável das idéias metafísicas sobre a origem da vida e a dinâmica da mudança: os seres vivos não têm uma natureza imutável que se lhes atribui como qualidade essencial, eles evoluem de acordo com condições circunstanciais e, portanto, históricas. É bem verdade que mesmo se referindo a um tempo histórico quase intangível – um “paleotempo” –, o darwinismo estabelecia uma epistemologia praticamente inatacável: fragmentos empíricos (esqueletos, fósseis, etc.) temporalmente diferenciados, porém relacionados a partir de analogias estruturais explicitam processos evolutivos que explicam condições orgânicas atuais sob os fundamentos de suas origens (Cf. DARWIN, 1985, p. 273, 363).

Como se sabe, o uso e o abuso dessa *démarche* tornaram-se praticamente hegemônica na ambiente intelectual do Século XIX. No âmbito de nossa ciência produziram, inclusive, esquemas analíticos caricaturais como os do Evolucionismo Vitoriano, dos quais Marx se utilizou largamente (Cf., por exemplo, MARX, 1985 [1857-1958]), dos quais também não escapou nem mesmo um Durkheim tão relativizador como o das *Formas Elementares da Vida Religiosa* (DURKHEIM, 1996 [1912]) e que somente Weber, com sua vocação precursora, parece ter superado criticamente (Cf. WEBER, 1995 [1917]). No entanto, se a moderna Sociologia demonstrou que esses esquemas evolutivos, muitas vezes, pecavam por imprecisões grosseiras, a influência evolucionista na origem da Sociologia, associada à superação das concepções positivistas e filosóficas de explicação

da mudança, parece ter sido o contexto que fundamentou a elaboração de uma heurística essencial expressa modelarmente pela NSH.

O núcleo dessa heurística que se tornou persistente é o entendimento de que as situações sociais atuais devem ser compreendidas fundamentalmente a partir do processo que as produziu, considerando-o não como um conjunto de fatos em si, mas como um arranjo relacional evidenciado por realidades empíricas estruturalmente associadas (Cf. STINCHCOMBE, 1978; TILLY, 1981, p. 8). Desta maneira, a generalização em Sociologia só será legítima se se fundamentar na reconstituição de um processo em que um conjunto empírico observável torna-se explicativo por sua permanência no tempo ou por provocar rupturas estruturais significativas no fluxo histórico. Daí, a “regra de ouro” decisiva dessa heurística rediviva pela NSH: a interpretação sociológica só não será espúria se o analista “embeber-se” na história para identificar relações estruturais concretas e significativas – ou seja, causais – que lhe permitam teorizar – ou seja, generalizar – e não tratar o fato histórico apenas como uma realidade em si mesma explicativa ou como prova validativa de afirmações teóricas predeterminadas². É exatamente essa idéia que nos vai conduzir à segunda tese que pretendemos enfatizar: o entendimento da História como uma ferramenta essencial à análise sociológica.

Há um ponto de fundamento formal para a aproximação entre a Sociologia e a História, a própria natureza dos fatos sociais – eles serão sempre históricos na medida em que, não estando dados na natureza, são produzidos pelos homens numa circunstância tempo-espacial específico. Contudo, isso não parece suficiente para que se estabeleçam laços de cooperação necessários entre a explicação sociológica e a perspectiva histórica. Ora, basta que nos reportemos a alguns paradigmas consolidados na história da Sociologia, como o Funcionalismo e o Estruturalismo, para que metodologias fundamentadas em cortes sincrônicos da realidade se nos apresentem como procedimentos perfeitamente legítimos.

² Skocpol e Somers (1995, p. 73-78) caracterizam esse procedimento como “comparative history as macro-causal analysis” em oposição a outras duas tendências: “comparative history as the parallel demonstration of theory”, que toma o fato histórico como prova validativa e “comparative history as the contrast of contexts”, que os considera como realidades expressivas em si mesmas.

Ademais, no próprio âmbito da construção da Sociologia Histórica, surgiram debates acalorados sobre sua legitimidade epistemológica fundamentada nas próprias relações e oposições entre a Sociologia e a História, disciplinas institucionalmente consolidadas no campo das Ciências Humanas.

Por um lado, há posições reducionistas, tanto favoráveis, como as que vêem "as duas disciplinas tentando fazer a mesma coisa e empregando a mesma lógica de explicação" (ABRAMS, 1982, p. ix) ou as que as consideram como "uma mesma aventura intelectual" (BRAUDEL *apud* SMITH, 1991, p. 3), quanto desfavoráveis, como as que não vislumbram sequer a possibilidade de uma Sociologia como ciência, já que ela se reduziria à própria História, pois "a sociologia é a história que [os historiadores] negligenciaram escrever" (VEYNE, 1995, p. 143). Por outro lado, há posições mais matizadas que parecem perceber a verdadeira validade heurística da sub-disciplina: a história é um meio concreto especialíssimo para a pesquisa, já que a "duração" (Cf. BRAUDEL, 1976) que evidencia fornece parâmetros objetivos para o empreendimento da pesquisa social, pois, "a história é, em certo sentido, um tipo de laboratório em que eventos 'similares' se repetem muitas vezes." (MULHALL; MORAIS, 1999, p. 35).

Neste sentido, Charles Tilly define o empreendimento da Sociologia Histórica pela "integração de tempo e espaço na argumentação" (TILLY, 1981, p. 7), pois "quando as coisas acontecem dentro de uma sequência afeta como elas acontecem" (TILLY, 1984, p. 14). Assim, Tilly defende que as estruturas narrativas da história coadunam-se com os "diversos níveis de abstração e elaboração" que caracterizam a pesquisa social, "descrição, procura de recorrências, busca de princípios de variação e determinação de causas" (TILLY, 1997, p. 23-24). Arthur Stinchcombe, por seu turno, procura demonstrar que "um bom trabalho de interpretação histórica" valida a construção de teorias sociais, sejam elas de qual linhagem forem, porque a história evidencia, sobretudo "analogias causalmente significantes entre casos" (STINCHCOMBE, 1978, p. 7). Em suma, os núcleos dessa heurística, como demonstram alhures (CANIELLO, 2001, p. 6-12), é o entendimento de que as situações sociais devem ser compreendidas fundamentalmente a partir do processo que as produziu, considerando-o não como um conjunto de fatos em si, mas como um arranjo

relacional evidenciado por realidades empíricas estruturalmente associadas (Cf. STINCHCOMBE, 1978; TILLY, 1981, p. 8).

Ademais, Philip Abrams ressalta que a sociedade é “ambivalente”, pois “no tempo, as ações se transformam em instituições e estas, por sua vez, são transformadas por aquelas” (ABRAMS, 1982, p. 2). Isto é, a sociedade é um contexto em que se articulam *estrutura e ação*. Aliás, o debate sociológico recente tem demonstrado que não há como produzir uma Sociologia que se pretenda explicativa se reduzirmos artificialmente o extenso leque das ações sociais vividas em poucas e invariantes estruturas elaboradas pelo analista ou se subsumirmos essas estruturas ao nível atomístico dos sujeitos (Cf. ALEXANDER, 1990, p. 301-328). Neste sentido, o conhecimento da História torna-se instrumental na medida em que são exatamente os processos que dão sentido à dialética entre ação e estrutura, evidenciando permanências ou rupturas que explicam a dinâmica social (Cf. ABRAMS, 1982, p. 3).

Por outro lado, não há como negar que essa dialética, em sendo historicamente produzida, terá sempre um sentido particular, pois nada mais sedimentado que a idéia de que a facticidade da História sempre pontua para realidades “não-repetitivas” – o fato histórico será sempre contingente a suas condições específicas. Isso recoloca para o sociólogo o problema da validade, que levantamos no início deste artigo: a possibilidade de generalização. Não obstante, desde que Windelband chamou de *idiográficas* as “ciências do evento” e que Rickert estabeleceu um método específico para a explicação dos fatos históricos (Cf. SEGADY, 1987, p. 44-51), que o problema da historicidade passa a ter nuances de virtude para os cientistas sociais. Essa foi a grande lição do desenvolvimento da metodologia weberiana (Cf. WEBER, 1993, 1995).

Fundamentalmente, Weber propunha uma explicação sociológica interpretativa – e, portanto, ao contrário das Ciências Naturais, subjetivamente informada – e que sua objetividade seria garantida pela mediação de conceitos historicamente construídos, dentre os quais o “tipo ideal” é a fórmula mais clássica. Isto é, para Weber as explicações em Sociologia são produzidas a partir de um “método histórico comparativo” a partir do qual a realidade multivariada dos eventos é subsumida pela abstração de regularidades estruturais por parte do pesquisador,

que evidenciam generalizações empírico-conceituais. Com essa postura, Weber rejeita a "exigência nomológica" dos cientistas naturais como modelo para as Ciências Sociais e relativiza a "natureza ontológica" da História preconizada por todos os evolucionismos³, estabelecendo uma heurística própria em que a singularidade dos eventos torna-se explicativa a partir da identificação de traços estruturais persistentes que os informam. Portanto podemos dizer, concordando com Kalberg (1994), que Max Weber foi o mais legítimo precursor da NSH, principalmente em relação à grande influência que exerce sobre uma de suas mais importantes tendências atuais, aquela que defende a preeminência interpretativa das generalizações em Sociologia, na medida em que, além de históricos, os fatos sociais têm um fundamento cultural (Cf. GEERTZ, 1978; KANE, 1991; SWIDLER, 1986; ZARET, 1980, p. 1182). Neste sentido, a explicação histórica só terá validade se considerar a teia de significados produzida socialmente que lhe serve como base, pois é a cultura que fornece a causa última dos fenômenos sociais (Cf. KANE, 1991, p. 62), na medida em que ela é exatamente o repositório da experiência histórica da sociedade cristalizada na tradição do povo e no seu *ethos*, elementos que condicionam determinantemente a ação (Cf. SWIDLER, 1986, p. 273)⁴.

Em suma, a proposta teórico-metodológica específica que levantamos neste trabalho tem as seguintes características: em primeiro lugar, ela situa-se no âmbito da NSH, um movimento acadêmico que se alinha a uma tradição que advoga como valor crítico fundamental para a análise sociológica a perspectiva histórica, na medida em que considera que a própria Sociologia teria surgido como um esforço cognitivo sistemático – em oposição a perspectivas filosóficas e positivistas – produzido para dar resposta a questões históricas; em segundo lugar, essa proposta aponta para uma operação básica: ao “embeber-se na História”, o analista procura estabelecer analogias (ou homologias) estruturais (ou causais) entre os fatos “únicos”, porquanto circunstanciais como condição à formulação

³ Em um artigo anterior, abordamos os dilemas epistemológicos advindos da postura “ontológica” do Marxismo (CANIELLO, 1987).

⁴ Em dois trabalhos recentes, fundamentamos mais detalhadamente esse pressuposto epistemológico (Cf. CANIELLO, 2001, 2003).

de teorias – ou seja, relaciona necessariamente o empírico temporal à generalização estrutural; em terceiro lugar, procura dar conta da dialética entre ação e estrutura – característica básica dos processos históricos – pela consideração da base que lhe informa a cultura. Portanto, a heurística assim construída aponta para um esforço teórico de base empírica que procura estabelecer nexos estruturais (ou causais) a cadeias de acontecimentos temporalmente relacionados, definindo com isso uma análise na mesma medida interpretativa e generalizadora. Veremos, a seguir em que medida podemos relacionar essa heurística com os trabalhos de Tocqueville e Marx.

O Antigo Regime e a Revolução: da História à Sociologia Histórica

Ao enunciar, no prefácio do livro, seu objetivo – não escrever uma “*história*”⁵ da Revolução Francesa, mas produzir um “*estudo*” sobre ela – Tocqueville faz-se precursor da heurística que definimos pelo mote de Zaret e explicitamos pela taxionomia de Skocpol e Somers: é empreendedor de uma atitude sociológica analítica e interpretativa enraizada historicamente. Assim, delineia seu **problema**, colocando-o nos termos básicos dessa heurística que supõe que os processos históricos esclarecem a dialética entre a ação dos sujeitos e as instituições (estrutura social), explicitando suas relações com a base que lhe constitui, a cultura: a Revolução como evento histórico – portanto, fruto da ação dos sujeitos – que provoca uma ruptura na ordem social – a estrutura institucional –, determina também uma transformação real na “*natureza*” da sociedade francesa – ou seja, na cultura que lhe informa. Neste sentido, enuncia sua **hipótese** – não, a Revolução é um produto dessa ordem social que, por suas próprias contradições, é subvertida pela ação dos sujeitos mas que, na verdade não transforma a base que a constitui:

⁵ Estabelecemos como convenção que todas as expressões aspeadas grafadas em itálico são transcrições literais de categorias utilizadas pelo autor em análise. Como as remissões às páginas podem tornar-se enfadonhas, somente reportaremos as indispensáveis, referenciando Tocqueville, 1989 [1856] por ARR e Marx, s/d [1850] por LCF.

Tenciono, [...] seguir através das vicissitudes desta longa revolução estes mesmos franceses com os quais acabo de conviver tão intimamente sob o antigo regime e que este antigo regime formou; vê-los modificando-se e transformando-se segundo os acontecimentos, sem entretanto mudar de natureza, o ressurgindo sem cessar à nossa frente com uma fisionomia um pouco diferente, mas sempre reconhecível. (ARR, p. 45).

Sua **metodologia** também caudaliza na mesma direção: há que se comparar – através do bom método empírico da pesquisa documental nos arquivos públicos – os “*sentimentos, hábitos e idéias*” que, presentes no Antigo Regime, teriam levado à sua dissolução, com os “*sentimentos, hábitos e idéias*” presentes na nova ordem social estabelecida pela Revolução. Portanto, podemos considerar que o tônus do livro é uma interpretação da dialética entre ruptura e continuidade, explicitada fundamentalmente pela distinção entre dois momentos modelares do evento, um inaugurado pela própria Revolução e outro pelo Terror:

...a Revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem abolir tudo que pertenceu ao passado; e a segunda, onde nele vão retomar uma parte do que nele deixaram. Há um grande número de leis e hábitos políticos do antigo regime que desapareceram assim, repentinamente, em 1789, e que aparecem novamente alguns anos mais tarde, como certos rios que afundam-se na terra para reaparecerem um pouco mais adiante mostrando as mesmas águas a novas margens. (ARR, p. 44).

A análise propriamente dita é detonada por um questionamento interpretativo verdadeiramente sociológico: Tocqueville procura o “*verdadeiro sentido*”, o “*verdadeiro caráter*” da Revolução em face de seu duplo aspecto: por um lado, o movimento se apresenta como uma ação orquestrada por uma ideologia que apregoa a ruptura com a antiga ordem, através da derrubada do governo, tendo como referência o seu maior “*símbolo*”, a religião; essa é sua realidade aparente. Por outro lado, em essência – e essa é a hipótese concreta de Tocqueville –, ela pontua para

a consolidação do poder centralizado, na verdade uma característica do reino dinástico, ordem política definidora do Antigo Regime.

Um elemento interessante que embasa essa interpretação bivalente é a questão da “*irreligiosidade*”, categoria fundamental da ideologia revolucionária e móvel determinante da ação. Tocqueville acredita, na verdade, que a Revolução teria exatamente o caráter das revoluções religiosas, pois procurava assentar como valor novo o mesmo “*homem em geral*” que fundamenta eticamente as religiões, apenas redefinido no discurso revolucionário – como uma tática proselitista – pela categoria “*cidadão*”. Aqui, novamente, Tocqueville é um precursor: para além das estruturas ideológicas produzidas conscientemente para tornar hegemônica uma certa orientação prática, procura identificar parâmetros inconscientes que na realidade constroem a teia de significados que embasa a ação e aponta para seu verdadeiro sentido sociológico.

No entanto, coloca aí uma contrapartida: se movimentos com a mesma estrutura espoucaram em toda Europa em ocasiões variadas, por que exatamente aquele, na França do século XVIII, foi levado a termo definitivo? A questão é importante na medida em que requer exatamente a perspectiva histórica sob sua forma interpretativa, a busca de conexões causais entre conjuntos de eventos específicos temporalmente encadeados que demonstrem, por um lado, condições sociais concretas e, por outro, fundamentos culturais determinantes. Neste sentido, a resposta básica de Tocqueville situa-se na própria queda do feudalismo; para ele, a Revolução Francesa não foi mais que um catalisador da tendência consolidada em toda Europa de queda do “*velho edifício social*”. Ela se realizou na França porque era lá exatamente onde o feudalismo era menos conservado e, portanto, menos opressivo; desta maneira, suas contradições tornaram-se mais evidentes, provocando o movimento revolucionário. A partir dessa suposição, Tocqueville vai desenvolver seu trabalho em duas direções: em primeiro lugar, delinea a contradição básica que levou os franceses à revolta e reconstitui as condições históricas que, em estabelecendo essa contradição, desencadearam a Revolução; assim, vai demonstrar que muitas das “*conquistas*” apregoadas pelo ideário revolucionário eram já realidades na França do Antigo Regime. Em segundo lugar, vai demonstrar que condições conjunturais favoreceram a eclosão do movimento.

O fundamento básico do argumento de Tocqueville é que, na França do início do século XVIII, o feudalismo estava praticamente superado porque a servidão estava completamente abolida, já que os antigos servos havia se tornado pequenos proprietários. Além do mais, processava-se um esvaziamento no poder político dos antigos senhores em função dessa própria divisão das terras e da centralização do reino dinástico. No entanto, a grande contradição é que, para além dessa profunda mudança político-social, permaneciam operantes os privilégios feudais enfeixados nos "*direitos senhoriais*" – a corvéia, o pedágio, etc. – e em uma legislação tributária altamente discricionária que incidia violentamente sobre os camponeses – basicamente, a talha. Neste sentido, é a consciência dessa contradição que vai instrumentalizar a "*mudança dos hábitos, usos e costumes*":

O feudalismo continuou sendo a maior de todas as nossas instituições civis quando deixou de ser uma instituição política. Assim reduzida, provocava ainda muito mais ódio e esta verdade permite-nos dizer que ao destruir uma parte das instituições da Idade Média tornavam cem vezes mais odioso o que delas sobrava. (ARR, p. 76).

As evidências de que a centralização administrativa já era uma realidade consolidada no início do século XVIII são muitas: a constituição das figuras do "*conselho do rei*" e do "*controlador geral*"; o papel dos intendentess que substituíram as antigas assembleias medievais que davam o tom "*municipalista*" naquele momento; a imunidade e a estabilidade dos funcionários administrativos; a própria relação entre administradores e administrados que saía da órbita de mediação do senhor para submeter-se à ordem da "*intervenção governamental*". Além disso, Paris há muito se tornara o "*centro da nação*" ao polarizar agudamente a vida administrativa, econômica e cultural.

O que essa hegemonização do centralismo parecia impor de maneira crescente era o que Tocqueville chama de "*unidade legal*", provocando uma certa "*uniformidade*" entre as classes médias e superiores da "*nação francesa*", quer dizer, entre a burguesia e a nobreza. Além do mais, o próprio enriquecimento da burguesia e a universalização do ensino mais as aproximava. No entanto, ao mesmo tempo se mantinha uma profunda

cisão entre elas em função, em primeiro lugar, do “*comportamento de casta*” da nobreza e, em segundo, pela preservação das prerrogativas discricionárias dos nobres. Pois, se “*os hábitos judiciais tinham se tornado em muitos pormenores hábitos nacionais*”, a noção de justiça “*era sempre ligada à idéia de exceção e privilégio*”. Assim, gestava-se um dos principais axiomas para a Revolução: “*As duas classes não são tão somente rivais, são inimigas*”.

Além do mais, ao lado dessa uniformidade cheia de contradições das classes altas e médias – crescentemente sedimentada no *ethos* nacional –, havia uma discrepância fundamental no seio da sociedade francesa: a condição do “*povo*”. A massa constituída pelos camponeses, mais de dois terços da população, era sujeita a mais iníqua tributação ao mesmo tempo em que já não contava com nenhuma forma de proteção tradicional em função da quebra dos “*laços de patronagem e dependência*” característicos do feudalismo.

Portanto, em termos “macro-estruturais”, assim se configurava a França do Antigo Regime: por um lado, precursora em relação à própria Revolução, possuía uma propriedade da terra desconcentrada ocupada por um campesinato proprietário, uma centralização administrativa consolidada, informando relações de poder descaracterizadas de qualquer sentido “feudal”, uma uniformização formal da justiça e uma crescente “equalização” entre as classes médias e superiores. Por outro lado reacionária em relação ao próprio Antigo Regime, eram preservadas relações de classe “feudal” em função da manutenção de privilégios e medidas de exceção em favor da nobreza na legislação civil e, principalmente, na legislação tributária, enervando a burguesia e colocando o “*povo*” à margem da sociedade. Ou seja, para Tocqueville, a grande contradição que se colocava era que, durante o Antigo Regime, processava-se uma progressiva uniformidade entre os homens – produzindo uma disposição ético-ideológica fundada no valor da igualdade – ao mesmo tempo em que se preservava uma estrutura social profundamente marcada pela desigualdade de condição entre eles. Portanto, o terreno estava preparado para o estabelecimento de uma nova sociedade, uma vez gestado e germinado um *ethos* novo surgido das cinzas do feudalismo; só lhe impedia o florescimento à manutenção de uma ordem social arcaica que se lhe ante-

punha como uma nuvem indevassável. Só os ventos da Revolução poderiam finalmente dissipá-la, redimindo o solo pelo sabor da luz.

Mas, afinal, diante dessas condições, que causas (*particulares e recentes*) teriam ocasionado os ventos do processo revolucionário? Tocqueville, tal como uma testemunha ocular, fornece-nos uma clarividente "etnografia" do evento, demonstrando a própria lógica da dinâmica do processo revolucionário. Vejamos como.

Um elemento fundamental para o desencadeamento do movimento revolucionário foi a *intelligentsia* francesa. Naquele momento, os "*homens de letras*" tinham uma posição destacada na "*nação mais literária da Europa*", mas – ao contrário dos filósofos ingleses, por exemplo – mantinham distância dos negócios do Estado. Eram, contudo, sujeitos determinantes na formação da opinião pública, já que tinham passado a ocupar o vazio deixado por uma aristocracia cada vez mais ausente do panorama intelectual e não se alheavam na filosofia pura como os pensadores alemães. Essa situação lhes permitiu elaborar uma "*filosofia política*" no seio da qual construíram seu modelo da Revolução: a partir de uma reflexão sobre os privilégios discricionários, defendem a idéia de que só uma ruptura completa com o passado poderia permitir que as relações sociais passassem a ser regidas por uma razão, em essência, naturais. O que faz com que essa filosofia "*desça até a multidão*" é exatamente a simplicidade da proposta correlacionada com as agruras pelas quais passavam os homens comuns no seu dia-a-dia:

... cada um sentia-se ameaçado diariamente em sua fortuna, sua pessoa, seu bem-estar ou seu orgulho por alguma velha lei, algum hábito político, alguns destroços dos antigos poderes e não via ao seu alcance nenhum remédio que pudesse aplicar a este mal particular. Parecia que tinha de suportar tudo ou tudo destruir na constituição do país. (ARR, p. 145).

Além disso, como já apontamos acima, os filósofos políticos franceses marcam o caráter de sua filosofia por uma profunda "*irreligiosidade*", estrategicamente tomando a Igreja como símbolo expressivo do Antigo Regime e de suas instituições. Contudo, seu fervor revolucionário era, sobretudo religioso, pois "*tinham a certeza de que seu papel era transfor-*

mar a sociedade e regenerar nossa espécie"; neste sentido, ocupavam o lugar do pensamento religioso na mentalidade coletiva pela definição de uma ontologia naturalizada, tão ao molde do Século das Luzes.

Além disso, a grande prosperidade econômica da França sob Luís XVI e a própria evolução das relações políticas imprimiam nas consciências comuns uma idéia geral de "*melhoria*" progressiva da sociedade francesa:

... a imagem da liberdade política apresentara-se ao espírito dos franceses, tornando-se cada dia mais atraente. Muitos signos o demonstram. [...] Quando, em 1771, aniquilam os parlamentos, o mesmo público que tantas vezes sofreu devido aos seus preconceitos fica profundamente comovido pela sua queda. [...] Esta oposição espanta e indigna Voltaire. 'Quase todo o reino está em efervescência e na consternação', escreve aos seus amigos, 'a fermentação é tão forte nas províncias quanto em Paris...' (ARR, p. 159).

Entretanto, essa idéia parecia irremediavelmente corrompida pela consequência mais crua e odiosa dos "*vícios do passado*": a "*miséria do povo*". Usada como argumento de parte a parte na esgrima acusatória em que se exercitavam as elites – o rei e os diferentes poderes administrativos –, acendia-se na sociedade francesa uma irresistível "*simpatia para com a miséria do povo*". Para Tocqueville, esse foi o fermento da Revolução:

... foram crenças desinteressadas e simpatias generosas que comoveram e revoltaram as classes esclarecidas, enquanto o povo estava agitado pelo amargo sentimento das injustiças que o atingiram e pela violenta intenção de mudar sua posição. O entusiasmo dos primeiros acabou de acender e armar a ira e a avidez do segundo." (ARR, p. 173).

Finalmente, dois fatores dedilharam o gatilho da Revolução. Em primeiro lugar, a "*pedagogia do absolutismo*" evidenciada pela dissolução do parlamento, pelo reformismo de Luís XVI e pelo elemento basilar do despotismo, a doutrina da preponderância do bem público sobre os direitos individuais, materializada na mecânica autoritária das desapropriações. Em segundo lugar, mas como causa mais imediata e importante, a

reforma administrativa de 1787 que restaurava o poder das assembléias provinciais em administrar os negócios locais, a última tentativa do poder monárquico para acomodar as contradições de interesses que o combaliam. Essa é uma evidência fundamental e não poderia passar despercebida pela perspicácia sociológica de Tocqueville: a partir daquele momento, configuravam-se verdadeiras *arenas*, no sentido que posteriormente Weber definiu – espaços públicos de confronto em que os *sujeitos*, instrumentalizados por suas idéias e interesses, *agem institucionalmente*; são elas os palcos concretos da dialética essencial da mudança social: lá, a *instituição* molda a *ação* e é também lá que a *ação* pode transformar as *instituições*, portanto lá estava o móvel mais decisivo para a ação revolucionária gestada por tantas condições antecedentes:

Foi principalmente nas aldeias que os vícios da nova organização fizeram-se sentir. Já não perturbou tão-somente a ordem dos poderes, mudou repentinamente a posição relativa dos homens e pôs em presença e em conflito todas as classes. [...] No interior da paróquia foi mantida a antiga separação das ordens e a desigualdade dos impostos; contudo entregaram toda a administração a corpos eletivos. Isso levou a consequências muito singulares. [...] o senhor lá somente aparecia para submeter-se inteiramente aos seus antigos súditos, que se tornaram repentinamente seus dirigentes, sendo eles antes seu prisioneiro que seu chefe. Ao juntar os homens desta maneira tratava-se, aparentemente, menos de aproximá-los de que mostrar-lhes quão diferentes eram e quão opostos seus interesses. [...] Esta repentina e imensa renovação de todas as regras e hábitos administrativos que antecedeu em nosso país a revolução política e da qual quase não se fala hoje, era entretanto uma das maiores perturbações jamais encontradas na história de um grande povo. Esta primeira revolução exerceu uma prodigiosa influência sobre a segunda que transformou um acontecimento diferente de todos aqueles da mesma espécie acontecidos no mundo até então e depois. (ARR, p. 181-183).

Diante de todas essas evidências, a conclusão de Tocqueville é que a Revolução, antes de se configurar como um evento disjuntivo foi uma

consequência da própria dinâmica contraditória do Antigo Regime: se a Revolução tem uma imagem, construída por seus próprios ideólogos, de rompimento com o passado, o conjunto causal das evidências empíricas aponta para condições históricas que lhe foram necessárias. Neste sentido, a riqueza de sua *démarche* e sua contigüidade com a heurística da NSH é evidente: ela explicita o poder explicativo da História, na medida em que só ela pode demonstrar as conexões entre os vários fatos evidenciando a *estrutura* que se lhes antepõe. E essa estrutura não é um simples “modelo” que o analista cria, nem tampouco uma “especificidade” que ele demonstra: é uma cadeia empírico-causal que exorta, em sua particularidade, a possibilidade de generalização em face dos “fatos únicos” da História, pois, como quer o nosso autor, “*Vê-se que a história é uma galeria de quadros com poucas obras originais e muitas cópias*” (ARR, p. 97).

As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850: do Materialismo Histórico à Materialidade da História.

Não se pode considerar *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* sem trazer à luz o contexto no qual a obra foi escrita, como foi publicada e a própria condição de seu autor no momento em que a produziu. Karl Marx era um homem engajado politicamente e, depois de morar na França e de ser expulso da Bélgica – duas mudanças provocadas por sua militância comunista –, fixou-se, em 1850, em Colônia, onde fundou a *Nova Gazeta Renana*, usando para isso o que restava da herança de seu pai. É nessa revista que saíram publicados os quatro artigos que, posteriormente (1895) seriam editados conjuntamente por Engels, que lhes após uma introdução, sob o título que conhecemos. Então, Marx já houvera publicado, juntamente com o mesmo Engels, o *Manifesto Comunista* (1848), preparado para o segundo congresso da Liga dos Comunistas; no célebre opúsculo enuncia a base do que seria posteriormente definido como Materialismo Histórico: “Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, s/d [1848], p. 21).

Portanto, não podemos esquecer que o texto que passaremos a analisar foi originalmente concebido como uma crônica dos eventos, escrita por um seu contemporâneo no "calor dos acontecimentos" e dirigida a correligionários políticos; por outro lado, seu autor já se embuia de uma Teoria da História que se tornaria clássica para as Ciências Sociais e decisiva para o próprio rumo dos acontecimentos políticos que, em breve, viriam a reconfigurar a história da Humanidade. Pretendemos demonstrar, contudo, que o produto da reflexão de Marx é não somente tão genial quanto o de Tocqueville, como seu procedimento é da mesma maneira precursor da *heurística* que hoje a NSH propugna como legitimadora da interpretação sociológica.

Contudo, a introdução de Engels parece contradizer essa suposição na medida em que aponta para a confirmação de uma das principais críticas que se abateram sobre o marxismo - sua ênfase doutrinária numa metodologia reducionista voltada à "demonstração" de sua base teórica; nas palavras de Aron, "a interpretação econômica da história" (ARON, 1993, p. 140). Assim, para Engels,

O trabalho que aqui editamos foi o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea mediante sua concepção materialista, partindo da situação econômica existente. [...] tratava-se, pois, de reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas. [...] o método materialista terá de se limitar, freqüentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e às frações de classes a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classes." (LCF, p. 93-94, grifos nossos).

Portanto, se partirmos da taxionomia de Skocpol & Somers, poderíamos supor que estaríamos diante daquele procedimento definido como "demonstração paralela da teoria" (SKOCPOL; SOMERS, 1995, p. 73-75), pelo qual se privilegia a teoria preconcebida em relação à cadeia causal histórica, atuando de maneira a tomar a História - ou "fragmentos adequados" dela - apenas como "elemento confirmatório" do modelo ima-

ginado pelo analista. Tentaremos demonstrar que, apesar do esforço de Engels – e de seu próprio dogmatismo – isso não é verdade: nossa idéia é que *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* tem uma estrutura que inclui a obra na classe de trabalhos de Sociologia Histórica definida como “análise macro-causal” (SKOCPOL; SOMERS, 1995, p. 78-82) e que temos considerado como a mais legítima expressão da heurística que vimos definindo como essencial.

O problema que Marx se coloca é o da derrota da Revolução de 1848, pois, contrariamente ao que se avaliou no momento de sua eclosão, e mesmo diante de causas econômicas consideradas decisivas – essencialmente a quebra da safra da batata de 1845/1846 e a crise do comércio mundial de 1847 – e pelo efeito que teve por toda a Europa – as revoluções na Áustria, Itália e Alemanha, principalmente – não redundou num processo geral de “vitória do proletariado”, elemento fundamental tanto de sua militância política quanto de sua previsão sociológica. O próprio Engels, em 1895, assim avalia:

Quando explodiu a Revolução de Fevereiro estávamos todos sob a fascinação da experiência histórica anterior, principalmente da relativa à França, no concernente ao modo pelo qual concebíamos as condições e o desenrolar dos movimentos revolucionários. Não era precisamente da França que, desde 1789, dominara toda a história européia que partia mais uma vez o sinal da subversão geral? [...] não podíamos ter nenhuma dúvida, nas circunstâncias de então, que começara o grande combate decisivo [...] que só podia terminar pela vitória definitiva do proletariado (LCF, p. 96).

Neste sentido, enuncia duas hipóteses, uma teórica e outra histórica, para explicar o fato: em primeiro lugar, que as “relações sociais ainda não se haviam aguçado o bastante para tomar forma de violentas contradições de classe”, em segundo lugar que “o progresso revolucionário [...] foi engendrando uma contra-revolução cerrada e potente” (LCF, p. 111). Veremos que, partindo dessas hipóteses, Marx definirá uma metodologia radicalmente empírica e interpretativa, fundamentada na reconstituição histórica dos eventos e no estabelecimento de conexões causais entre eles. Essa reconstituição foi balizada por três fluxos de eventos

posicionados na cronologia dos acontecimentos: no primeiro, estão as insurreições de fevereiro e junho de 1848, que, na sua dialética, teriam configurado a "*luta de classes*" entre a burguesia e o proletariado na França; no segundo, após a derrota popular, estabelece-se o reordenamento do poder político com a eleição de Luis Bonaparte - marcada pela disputa entre a velha burguesia financeira e os burgueses republicanos e o afastamento dos pequeno-burgueses, aliados da burguesia na insurreição de junho de 1848, e que culmina no que considera um *pastiche* revolucionário: o levante da pequena burguesia em junho de 1849; e no terceiro, como consequência desse evento, há um progressivo "endurecimento" político que viria a descaracterizar o republicanismo constitucional na França, culminando com a supressão de seu princípio mais basilar, o "*sufrágio universal*" em maio de 1850⁶.

O texto se inicia pela consideração das causas que detonaram a Revolução de Fevereiro de 1848. Em primeiro lugar, coloca-se a causa principal que emerge da própria relação entre a estrutura de classes e o poder político na França sob Luís Filipe (1830-1848): o domínio político-econômico da "*aristocracia financeira*", considerada como uma "*fração*" da burguesia, e o total alijamento da "*pequena burguesia*" e da "*classe camponesa*" em relação ao poder político. Esse domínio era garantido, principalmente, pela manutenção de um crescente déficit público provocado por um sistemático incremento nos gastos do governo através de medidas aprovadas por um parlamento venal, majoritariamente constituído por representantes dessa "*aristocracia financeira*". Em face do endividamento, o governo tornava-se refém dos banqueiros e, para resgatar seus compromissos, aumentava os impostos e emitia títulos públicos. Essa situação provocou um clamor geral na população, marcado por protestos contra a corrupção, estabelecendo-se uma oposição entre a burguesia financeira, de um lado e a burguesia industrial, a pequena-burguesia e o "povo", de outro: "A burguesia industrial via seus interesses em perigo; a pequena burguesia estava moralmente indignada; a imaginação popular se sublevava". (LCF, p. 114).

⁶ Dados os limites deste trabalho e em função da maior importância histórica do primeiro fluxo de eventos analisados por Marx, nos restringiremos à análise da propriamente dita "Revolução de 1848.

Por outro lado, dois “acontecimentos econômicos mundiais” teriam catalisado o processo revolucionário: “a praga da batata e as más colheitas de 1845 e 1847” e a “crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra” culminada pelas falências dos grandes comerciantes londrinos de produtos coloniais, no outono de 1847. Esses acontecimentos provocaram dois efeitos fundamentais na França que viriam a agudizar esse “descontentamento geral”: uma grande carestia que afetava o povo, em função dos preços altos e da escassez da batata, e a quebraadeira geral dos comerciantes parisienses, já que os industriais e grandes atacadistas voltaram-se para o mercado interno diante da situação adversa. Assim, em face dessas condições e com a “imaginação sublevada”, o povo sai às ruas, monta suas barricadas e Luís Filipe é derrubado do poder, instituindo-se o Governo Provisório.

É importante observar, em favor de nossa hipótese sobre a *démarche* marxiana, que, analisando as precondições da Revolução, Marx demonstra como **causas econômicas** podem gerar **efeitos políticos**, sem “forçar” a interpretação a partir de uma operação de validação metodologicamente espúria: a sua argumentação é fundamentada em fatores empíricos, historicamente posicionados numa cadeia causal objetivamente demonstrada, que lhe permite aludir à sua teoria. Neste sentido, por um lado, não há como não admitir que o poder político na França, no momento considerado, era exercido por uma determinada fração de classe que agia em favor de seus próprios interesses econômicos – a “mecânica” do endividamento público assim o demonstra; por outro lado, fica evidente que a situação econômica, digamos, “mais longínqua” produz efeitos imediatos que são sentidos de maneiras diferentes conforme a posição das pessoas na estrutura social, ou seja, conforme sua classe – a relação entre a crise na Inglaterra e a quebra da safra da batata e a falência da burguesia parisiense e a carestia do “povo” tem uma significância indiscutível. Demonstra-se, da mesma maneira, que há uma correlação entre os sentimentos produzidos em função desses fatores – que vão do econômico para o político – e a própria elaboração de um ideário que instrumentaliza a ação revolucionária – aliás, inferido do próprio discurso dominante na Paris de fevereiro de 1848:

As frações não dominantes da burguesia francesa clamavam: Corrupção! O povo gritava: A bas les grands voleurs! A bas les assassins! [...] Paris estava inundada de libelos: 'A dinastia dos Rothschild', 'Os usurários, reis da época', etc., nos quais se denunciava e anatematizava, com algum talento, a dominação da aristocracia financeira (LCF, p. 114, grifos no original).

Ou seja, a evidência histórica que emerge dos fatos empíricos habilita Marx a demonstrar que a *"interpretação econômica da história"* traz consigo uma heurística legítima, pelo menos no texto em tela: a Revolução de 1848 evidencia, estruturalmente, uma luta de classes produzida pela configuração econômica da sociedade francesa num momento histórico específico. Veremos, no decorrer de nossa análise, que essa heurística é dominante na interpretação de Marx sobre os desdobramentos do fevereiro de 1848.

Neste ponto, chegamos ao problema de Marx, tal como colocamos acima: a derrota da Revolução – ou seja, nos seus termos, a manutenção do poder nas mãos da burguesia. Para Marx a queda da Monarquia na França, na realidade, vinha *"completar a dominação da burguesia"*, pois apenas teria tirado de um setor dela – a *"aristocracia financeira"* – o monopólio do poder político, incorporando a ele *"todas as classes possuidoras"*. A primeira evidência viria na própria composição do Governo Provisório *"que se ergueu sobre as barricadas de fevereiro"*: necessariamente híbrido, já que o movimento revolucionário fora conduzido por vários setores da sociedade francesa, porém majoritariamente burguês:

Sua grande maioria era formada de representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana, representada por Ledru-Rollin e Flocon; a burguesia republicana, pelos homens do National; a oposição dinástica, por Cremieux, Dupont de l'Eure, etc. A classe operária não tinha senão dois representantes: Luis Blanc e Albert (LCF, p. 116, grifos no original).

Assim, avaliava, não sem uma certa ironia amarga:

Do mesmo modo que, nas jornadas de julho [de 1830] haviam conquistado a monarquia burguesa, por meio da luta, nas jornadas de fevereiro, os operários, lutando, conquistaram a República burguesa (LCE, p. 117, grifos no original).

A partir dessa avaliação, Marx passa à sua análise. O primeiro ponto que levanta conducente à sua hipótese teórica, é que na realidade o proletariado como classe na França era pouco desenvolvido em função da própria tibieza da burguesia industrial, o que lhe teria impedido organizar-se nacionalmente e protagonizar o processo revolucionário. Mas o ponto mais sugestivo é aquele em que Marx produz uma certa “Sociologia do imaginário” para explicar a lógica da hegemonização burguesa na República nascida da Revolução, interpretando o núcleo do ideário revolucionário: a noção de “*fraternité*”. É interessante notar que, mais uma vez, Marx submete sua matriz teórica ao crivo do factual e, demonstra – como querem nossos sociólogos da cultura – como a “teia de significados” condiciona a ação e como ela, nesse caso particular, condiciona “mascarando” a realidade, a luta de classes. Aqui o Marx teórico acha no Marx “interpretativista” uma maneira de demonstrar uma de suas teses mais abstratas:

... no pensamento dos proletários, que confundiam a aristocracia financeira com a burguesia em geral; na imaginação dos probos republicanos, que negavam a própria existência das classes ou a reconheciam, no máximo, como consequência da monarquia constitucional; nas frases hipócritas das frações burguesas excluídas até ali do poder, a dominação da burguesia fora abolida com a implantação da República. [...] A frase que correspondia a esta imaginária abolição das relações de classe era a fraternité, a confraternização e a fraternidade universais. Esta idílica abstração dos antagonismos de classe, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, este imaginário elevar-se acima da luta de classes, esta fraternité foi, de fato, a palavra de ordem da Revolução de Fevereiro. [...] Lamartine batizou o Governo Provisório, a 24 de fevereiro de ‘un gouvernement qui suspend ce malentendu terrible qui existe entre les différentes classes’. O proletariado de Paris se deixou levar com agrado por este enebriamento de fraternidade. (LCE, p. 120, grifos no original).

Por outro lado, caracteriza o caráter burguês da República a partir das medidas econômicas tomadas pelo Governo Provisório: em primeiro lugar, ao determinar confisco da poupança e a conversão das quantias em títulos da dívida pública não-amortizável que deveriam ser negociados na bolsa de valores, agia sobre a pequena burguesia, a massa de poupadores; em segundo lugar, diante da permanência do déficit, ao aumentaram-se os impostos diretos, agia sobre os camponeses; em terceiro lugar, ao reconhecer as letras de câmbio emitidas durante a Monarquia como maneira de dar garantias de solvibilidade ao crédito nacional, agia a favor da burguesia financeira, fator que definiria, nos termos de Marx, sua oposição ao proletariado:

A emancipação dos operários – mesmo como frase – transformou-se para a nova República num perigo insuportável, pois era um protesto constante contra o restabelecimento do crédito, que repousa no reconhecimento líquido e certo das relações econômicas de classe existentes. (LCF, p. 124, grifo no original).

Contudo, a luta de classes viria a se reconfigurar claramente, segundo Marx, a partir da posse da Assembléia Nacional Constituinte, a 4 de maio de 1848. Em primeiro lugar, porque se desmistificava a ideologia da fraternidade, que pontuava para um *"povo imaginário"*, ao ser composta pelo *"povo real, isto é, os representantes das diversas classes em que este se divide"*; em segundo lugar, porque era majoritariamente composto pelos egressos do "National", jornal porta-voz dos "republicanos burgueses"; finalmente porque estabelecia uma clara tendência contrária às reivindicações da classe trabalhadora, ao retirar da Comissão Executiva seus dois únicos representantes e ao rejeitar a proposta da criação de um ministério do trabalho. Essas medidas reacendem o sentimento de revolta no proletariado que reivindicava sua parte na "nova ordem", já que fora o protagonista nas barricadas de fevereiro, o que os leva a invadir a Assembléia Nacional em 15 de maio. A reação da Assembléia é radical: os líderes operários são presos, decreta-se a proibição de aglomerações públicas e todos operários solteiros são expulsos das Oficinas Nacionais – espécie de "frentes de trabalho" que emprega-

vam a massa dos desempregados numa economia pós-revolucionária destróçada. A 22 de junho é desencadeada a guerra civil. Sobre o evento, conclui Marx:

Os operários não tinham opção: morrer de fome ou iniciar a luta. Responderam a 22 de junho com aquela formidável insurreição em que se travou a primeira grande batalha entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna. Foi uma luta pela conservação ou o aniquilamento da ordem burguesa. Descerrou-se o véu que envolvia a República. (LCF, p. 129, grifos nossos).

Essa é a sua conclusão acerca do primeiro ciclo de eventos; nela encontramos o mesmo sentido metodológico que havemos apontado: o conjunto do encadeamento dos fatos, sua “estrutura” permite que Marx produza uma generalização que não pode ser considerada como espúria, ainda que tenha que ser tomada como específica (aliás, é exatamente o que ele afirma nesta citação). Ou seja, as condições concretas sob as quais se desencadeia o 22 de junho apontam claramente para conexões causais que permitem a Marx fundamentar sua teoria sobre esse ciclo de eventos, fundada na idéia de que elas prefigurariam uma luta de classes.

Contudo, uma observação é indispensável: em artigo sugestivo, Mark Traugott (1980, p. 46, grifo nosso) levanta objeções importantes ao esquema de Marx ao questionar se as “Guardas Móveis” e as “Oficinas Nacionais” – modelarmente consideradas como protagonistas, em campos opostos, da insurreição de junho – eram realmente compostas aquelas por um “lumpenproletariado” cooptado e instrumentalizado pela burguesia e estas pelo “proletariado” desempregado. Partindo de evidências estatísticas primárias e secundárias fidedignas, Traugott chega à seguinte conclusão:

Participants on both sides of the June fighting were remarkably similar in terms of class origins. Neither lumpenproletarians nor true industrial proletarians, they constituted a broad section of a predominantly artisanal economy experiencing short-term crisis and long term decline.

Certamente, essa conclusão nos adverte sobre a possibilidade de que os dados utilizados por Marx possam ter sido, de alguma forma, "conformados" à sua teoria precedente, numa operação metodológica contrária a que consideramos definidora de sua *démarche*. No entanto, ela é extremamente pontual e não nos parece suficiente para rejeitar a generalização de Marx sobre o fluxo de eventos como um todo: a de que a marcha dos acontecimentos demonstrou, estruturalmente, não só a permanência, mas a consolidação da burguesia financeira - e de seus interesses - no centro da ação política na França do período, apesar da insurgência popular.

Além do mais, como propõe Stinchcombe (1978, p. 12, *PASSIM*), as "teorias de época" são como sistemas nominativos em que a nomenclatura adotada para classificar os atores sociais são "datadas"; eliminando a possibilidade de que essa nomenclatura mascare as repercussões causais e estruturais da análise, a tarefa inicial do resenhista deve ser afastar as referências datadas - "*epochal garbage*" (STINCHCOMBE, 1978, p. 13) - para se chegar ao núcleo causal do argumento. Como já apontamos no início desta seção, Marx era um homem engajado politicamente, e o texto que analisamos tinha um tônus evidentemente político, mas se conseguirmos nos afastar - e este foi o nosso esforço - dos "rótulos" utilizados para estruturar o argumento e nos dirigirmos à internalidade da interpretação veremos - como vimos - que, para além de sua "teoria precedente", Marx procurava no encadeamento dos eventos concretos da História os vetores causais da Revolução de 1848 e de sua "*derrota*". Certamente, a luta de classes, conceito-base de sua teoria da História e chave "nominal" do título do texto, envasa o argumento e pode levar o crítico menos cuidadoso ou mais preconceituoso a abjurar a interpretação como um todo. Nestes tempos em que se tornou uma espécie de "esporte acadêmico" a crítica ao marxismo, essa é uma atitude tão reducionista quanto o reducionismo marxista que se critica. É necessário, portanto, que nos libertemos dela para que possamos abstrair do texto sua *heurística* essencial: uma explicação causal enraizada na interpretação do encadeamento dos fatos da história.

CONCLUSÃO

O principal intuito deste trabalho não foi realizar uma discussão teórica, mas evidenciar uma heurística considerada legítima para a explicação em Sociologia. Neste sentido, não estivemos excessivamente interessados em saber se as teorias de Tocqueville sobre a Revolução Francesa e as de Marx sobre a Revolução de 1848 são “válidas” ou não – sobretudo, inclusive, porque essa própria *heurística* pontua que a discussão teórica depende da investigação histórica exaustiva, o que não fizemos e nem podíamos fazer no momento. O que quisemos demonstrar, pelo contrário, é que tanto Tocqueville quanto Marx montaram esquemas explicativos – e, portanto, teóricos e generalizadores – “embebendo-se” na História e procurando nas seqüências temporais que analisaram “conexões causais” de natureza empírica que pudessem levá-los a teorizar. Além disso, ambos, sob perspectivas teóricas virtualmente opostas, estavam basicamente interessados na dialética entre *ação* e *estrutura*, interpretando momentos caracteristicamente especiais em que os sujeitos, motivados por sua consciência instruída pelos padrões da cultura – seus valores, suas idéias, seus sentimentos –, embatem-se diante da ordem social que lhes define: as revoluções.

De qualquer maneira, podemos identificar algumas confluências entre os dois autores em direção ao delineamento de uma teoria explicativa da dinâmica revolucionária, para além da especificidade histórica eventual. Em primeiro lugar, ambos partem do mesmo fato gerativo: uma contradição entre as *relações sociais* e as relações políticas, instrumentalizando um sentimento de mudança nos agentes sociais – o feudalismo híbrido para Tocqueville e a monarquia e, posteriormente, a república burguesa para Marx. Em segundo lugar, a idéia de que o processo revolucionário veicula uma disputa entre grupos sociais diferenciados por suas posições estruturais e por seus interesses particulares – a “*luta de classes*” para Marx e as “*classes inimigas*” para Tocqueville. Em terceiro lugar, a conclusão de que os processos revolucionários são eventos disruptivos mas que, na verdade, podem apontar para continuidades estruturais mais profundas, tanto no que se refere ao seu desencadeamento quanto no

que se refere ao seu resultado - Tocqueville vê a Revolução como uma consequência do Antigo Regime e o Terror restaurando o seu núcleo estrutural e Marx vê a Revolução de Fevereiro como um produto das contradições da monarquia burguesa de Luís Felipe e Luís Bonaparte restaurando essa monarquia. Enfim, para Tocqueville, são "*os mesmos franceses*" que se nos apresentam em todo o processo, como para Marx é a "*burguesia financeira*" que define os rumos dos acontecimentos. Certamente essa é uma conclusão instigante para o analista que procura ver para além dos processos, sua lógica e que entende que essa lógica está profundamente conformada pelas condições estruturais mais permanentes que a informam.

Isso porque desde que o homem, dotado pelo processo de evolução biológico de um aparato sensorial sofisticado e de especializações orgânicas favoráveis, projetou-se para além das determinações unívocas do mundo natural, distanciando-se cada vez mais dos imperativos inatos do comportamento, que suas ações passaram a ser essencialmente históricas. Com o aparecimento da cultura, a vida social tornou-se uma experiência diversificada tanto espacial quanto temporalmente: os grupos humanos, amparados por estruturas simbólicas de significação que provêem os sujeitos de uma reflexividade essencial, têm seu destino regido por uma infinidade de cursos de ação possíveis que, uma vez desencadeados, são *únicos*.

Diante da acumulação dos fluxos de eventos objetivamente realizados pela sociedade num dado período de tempo e recuperados pela própria capacidade de reflexão humana que os ordena num todo narrativo - sua história -, os homens formulam subjetivamente comparações temporais que podem evidenciar mudanças ou permanências. Elas são, exatamente a expressão da dialética entre a agência dos sujeitos e a estrutura social que os engloba: se, por um lado, o sistema social comporta uma série de elementos não-naturais introjetados na consciência do indivíduo desde quando nasce até quando morre pelos processos de socialização, restringendo suas ações e conformando-as a uma ordem normativa que lhes é exterior, por outro lado esses sujeitos não são autômatos e usam sua consciência reflexiva para atuarem num mundo que se lhes impõe, transformando-o e, principalmente constituindo-o.

Desta forma, atuando no mundo que lhes é dado, os homens têm a capacidade de mudá-lo, fazendo sua própria história. Aliás, o que lhes foi dado pela socialização é exatamente o resultado cumulativo da experiência de seus ancestrais que, como sujeitos atuantes, construíram a sociedade tal como ela é. Quer dizer, podemos declinar que a mudança social é o resultado da capacidade que os homens têm de questionar sua própria existência e mudar os parâmetros que lhe constituem, definindo os rumos em que seu grupo social vai desenvolver-se. Essa capacidade, por seu turno, é potencializada pelos próprios processos de diferenciação que acompanham a evolução das sociedades e que caracterizam a formação de grupos de interesses divergentes e posições de poder diferenciadas que instrumentalizam opiniões colidentes, conflitos, dissensões, etc. que, de acordo com o grau em que ocorrem, podem gerar mudanças ou transformações radicais como as provocadas pelas revoluções.

Contudo, se a mudança, que podemos qualificar como uma espécie de “reação centrífuga” da dinâmica social em sua realização temporal é uma evidência irrefutável no desenvolvimento das sociedades humanas, “forças centrípetas” parecem completar o panorama histórico delas. Ou seja, uma outra face da História das sociedades é uma permanência que se evidencia pelos processos de reprodução social que garantem uma certa “coerência”, que faz com que o grupo social tenha uma identidade própria que se perpetua para além da profusão de mudanças mais evidentes. Queremos dizer com isso que uma boa Sociologia da dinâmica dos processos sociais tem que se imbuir de uma dialética essencial entre a permanência e a mudança, que certamente encetam os destinos da experiência social humana. Este, a nosso ver, é o núcleo do procedimento interpretativo de Tocqueville e Marx nos textos que analisamos, não importando muito as “teorias nominativas” que possam ter empregado para estruturá-los.

Portanto, estivemos mais interessados em frisar como e não porque Tocqueville e Marx chegaram às conclusões que produziram para demonstrar o quão precursores foram em relação ao uso de uma heurística decisiva ao movimento teórico-metodológico que definimos como “Nova Sociologia Histórica”. Estivemos interessados em testar a dupla idéia, emergente desse movimento, de que a Sociologia nasce da reflexão histó-

rica e só pode nutrir-se das evidências que ela oferece. Os trabalhos de Tocqueville e Marx confirmam ambas afirmativas – talvez seja por isso que os consideramos clássicos: nossos autores se perguntam se a conjuntura dos acontecimentos permite a reflexão explicativa e respondem a pergunta realizando uma boa Sociologia Histórica.

Enfim, valendo-nos dos trabalhos de Tocqueville e Marx quisemos, sobretudo, exortar uma postura de análise da sociedade que, considerando sua temporalidade essencial, busca no fluxo dos acontecimentos, no encadeamento causal dos fatos concretos da História, as permanências e rupturas que lhe definem sua estrutura real. Neste sentido, fazemos nosso o argumento de Arthur Stinchcombe e encontramos nele a lógica de nossos clássicos tocando a heurística da Nova Sociologia Histórica:

... my argument is that lots of facts, not only rigorous, numerical, 'hypothesis-testing' facts are good hard stones for honing ideas.[...] But the character of the argument is not, logically speaking, one about the ancient epistemological question of facts being true, and being the means by which we see whether theories are true. That is, it is not about the traditional epistemological question of verifiability, and of why science based on fact is better than theology based on speculation. Instead it is about the use of facts to **improve** ideas, to make them richer, more flexible, more powerful. (STINCHCOMBE, 1978, p. 5, 24, grifo no original).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip. **Historical Sociology**. West Compton House: Open Books, 1982.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Action and its Environments: Toward a New Synthesis**. Columbia: Columbia University Press. 1990.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1993.
- BRAUDEL, Fernand. "A longa duração", **História e Ciências Sociais**. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença (Biblioteca de Ciências Humanas). 1976.

CANIELLO, Márcio. "Antropologia e Marxismo: guerra santa e razão teórica", **Cadernos Brasil em Debate**, número especial. Campina Grande: UFPB, 1987, p.18-30.

_____. **O Ethos Brasília: sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654**. Tese de Doutorado. Recife: PPGS/UFPE. 2001.

_____. "**O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena, Mana** – Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2003. p. 31-56.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 2. ed. Petrópolis, Vozes. 1981

DARWIN, Charles. **Origem das Espécies**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1985.

_____. **Origem das Espécies: Esboço de 1842**. Rio de Janeiro: Newton Compton do Brasil (Clássicos Econômicos Newton, v. 9). 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. de Margarida Garrido Esteves. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores). 1978.

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

GEERTZ, Clifford. "Por uma teoria interpretativa da cultura", **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

GIANOTTI, José A. "Marx: Vida e Obra". In K. Marx, **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (J. A. Giannotti, org.). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores). 1978.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's Comparative-Historical Sociology**. Cambridge: Polity Press. 1994.

KANE, Anne (1991), "Cultural analysis in Historical Sociology: the analytic and concrete forms of autonomy of culture", **Sociological Theory**, 1991, 9(1), p. 53-69.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas", **Antropologia Estrutural Dois**. Trad. Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro (Biblioteca Tempo Universitário, v. 45). 1976

MARX, Karl, "A Luta de Classes na França de 1848 a 1850". In K. MARX, K; ENGELS, F **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega. (s/d) [1850].

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra. 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (s/d) [1848], "Manifesto do Partido Comunista". In MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega. (s/d) [1848].

MULHALL, Terry; MORAIS, Jorge Ventura de. "'Mapeando o reino' da sociologia histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol", **Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 45, 1998, p. 25-50.

SEGADY, Thomas W. **Values, Neo-Kantianism and the Development of Weberian Methodology**. New York: Peter Lang American University Studies, 1987, series V, v. 41.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margareth. "The uses of comparative history in macrosocial inquiry". In T. Skocpol, **Social Revolutions in the Modern World**. New York: Cambridge University Press. 1995.

SMITH, Dennis. **The Rise of Historical Sociology**. Philadelphia: Temple University Press. 1991.

SOMBART, Nicolaus. "Origens da Sociologia: Saint-Simon e Comte". Tradução por Roberto Motta de "Einige Entscheidende Theoretiker, Ursprünge, Henri de Saint-Simon und Auguste Comte", in Weber, Alfred (org.), **Einführung in die Soziologie**. München, PIPER, P.; Co Verlag. Recife, mimeo. 1998.

SOMERS, Margareth. "What's political or cultural about political culture and the public sphere? Toward an historical sociology of concept formation", **Sociological Theory**, 1995a, 13(2) p. 113-44.

_____. "Narrating and naturalizing civil society and citizenship theory: the place of political culture and the public sphere", **Sociological Theory**, 1995b, 13(3), p. 229-74.

STINCHCOMBE, Arthur L. **Theoretical Methods in Social History**. New York: Academic Press. (Studies in Social Discontinuity Series) 1978.

SWIDLER, Ann. "Culture in action: symbols and strategies", **American Sociological Review**, 1986, 51(2), p. 273-286.

TILLY, Charles, **As Sociology meets History**. Orlando: Academic Press. 1981.

TOCQUEVILLE, Alexis de, **O Antigo Regime e a Revolução**. 3. ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Hucitec. (Coleção Pensamento Político; v. 10). (1989) [1856].

TRAUGOTT, Mark, "Determinants of political orientation: class and organization in the Parisian Insurrection of June 1848", **American Journal of Sociology**, 1980, 86(1), p. 32-49.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3. ed. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora da UnB. 1995.

WEBER, Max. "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política", **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 1. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 2. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp. 1995.

ZARET, David, "From Weber to Parsons and Schutz: the eclipse of history in modern social theory", **American Journal of Sociology**, 1980, 85(5): 1180-201.